

**A CULTURA DA REPÚBLICA DO BENIM E DO BRASIL
COMO POLÍTICA PÚBLICA: INTERFACE COM OS ODS**

*THE CULTURE OF THE REPUBLIC OF BENIN AND BRAZIL AS PUBLIC
POLICY: INTERFACE WITH THE SDGs*

*LA CULTURA DE LA REPÚBLICA DE BENÍN Y BRASIL COMO POLÍTICA
PÚBLICA: INTERFAZ CON LOS ODS*

Bruna Carolina Jachinski

Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: bruna.jachinski@sou.unijui.edu.br | Orcid.org/0000-0001-9067-5973

Carolina Casarin Gai

Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: carolina.gai@sou.unijui.edu.br | Orcid.org/0000-0002-1651-399X

Jean Bosco Sagbo Adechina

Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: jeanbosco.sagbo@sou.unijui.edu.br | Orcid.org/0009-0001-1692-7041

Argemiro Luis Brum

Professor pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: argelbrum@unijui.edu.br | Orcid.org/0000-0002-8763-9514

Daniel Claudy da Silveira

Professor pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: daniel.silveira@unijui.edu.br | Orcid.org/0000-0003-4379-6144

Tarcisio Dorn de Oliveira

Professor pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: tarcisio.oliveira@unijui.edu.br | Orcid.org/0000-0001-5842-2415

RESUMO:

O objetivo deste artigo é o de explorar a interação cultural entre a República do Benim e o Brasil, com um enfoque particular nas políticas públicas que visam a preservação e promoção da cultura em ambos os países. A pesquisa analisa como a herança cultural africana, especialmente do Benim, foi incorporada na sociedade brasileira durante e após o período escravista. Além disso, investiga-se a influência dos repatriados brasileiros no Benim, conhecidos como "Agudás", e como suas práticas culturais e agrícolas impactaram a cultura local. Este estudo também discute as iniciativas de cooperação técnica entre os dois países no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, destacando oportunidades de colaboração e aprendizado mútuo. O critério para elaboração deste estudo inclui uma abordagem qualitativa que utiliza técnicas de coleta e análise de dados, a fim de obter uma compreensão abrangente da interação entre a República do Benim e o Brasil. Por fim, conclui-se que a interação entre estes dois países reflete em uma herança histórica rica e dinâmica através do intercâmbio cultural, que por meio do investimento em políticas públicas cooperativas preservam a herança cultural compartilhada pelos dois países.

PALAVRAS-CHAVE: *Cultura, Políticas Públicas, Agudás, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

ABSTRACT:

The objective of this article is to explore the cultural interaction between the Republic of Benin and Brazil, with a particular focus on public policies aimed at preserving and promoting culture in both countries. The research analyzes how African cultural heritage, particularly from Benin, was incorporated into Brazilian society during and after the slavery period. It also investigates the influence of Brazilian returnees in Benin, known as "Agoudas," and how their cultural and agricultural practices impacted local traditions. Furthermore, the study discusses technical cooperation initiatives between the two countries in the context of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), highlighting opportunities for collaboration and mutual learning. A qualitative approach was used, based on bibliographic review and interviews. The findings show that the interaction between these two countries constitutes a rich and dynamic historical heritage, reinforced by cultural exchange and the implementation of public policies that help preserve their shared cultural legacy.

KEYWORDS: Culture, Public Policies, Agudás, Sustainable Development Goals

RESUMEN:

El objetivo de este artículo es explorar la interacción cultural entre la República de Benín y Brasil, con un enfoque particular en las políticas públicas que buscan la preservación y promoción de la cultura en ambos países. La investigación analiza cómo la herencia cultural africana, especialmente la de Benín, fue incorporada en la sociedad brasileña durante y después del período esclavista. Además, se investiga la influencia de los repatriados brasileños en Benín, conocidos como "Agudás", y cómo sus prácticas culturales y agrícolas impactaron la cultura local. Este estudio también discute las iniciativas de cooperación técnica entre los dos países en el contexto de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU, destacando oportunidades de colaboración y aprendizaje mutuo. El criterio para la elaboración de este estudio incluye un enfoque cualitativo que utiliza técnicas de recolección y análisis de datos, con el fin de obtener una comprensión exhaustiva de la interacción entre la República de Benín y Brasil. Finalmente, se concluye que la interacción entre estos dos países refleja una herencia histórica rica y dinámica a través del intercambio cultural, que mediante la inversión en políticas públicas cooperativas preserva la herencia cultural compartida por ambos países.

Palabras clave: Cultura, Políticas Públicas, Agudás, Objetivos de Desarrollo Sostenible.

INTRODUÇÃO

O Brasil foi um dos maiores países escravocratas do mundo e aquele que mais recebeu africanos escravizados nas Américas, durante quase quatro séculos. Entre os séculos XVI e XIX, cerca de quatro milhões de pessoas foram trazidas à força de diferentes regiões da África, o que representa mais de um terço de toda a população africana escravizada enviada ao continente americano. Dentre essas regiões, destaca-se o atual território da República do Benim, então parte do Reino do Daomé (1600–1904), como uma das principais origens dos africanos escravizados, sendo também um dos últimos pontos de passagem antes do embarque ao Brasil (Silva Júnior, 2023).

Nesse contexto, a cultura africana, especialmente a beninense, foi significativamente incorporada à sociedade brasileira. Ao pensar em cultura, observa-se diferentes dimensões: manifestações artísticas, modos de vida, costumes e o patrimônio histórico. A cultura também pode ser compreendida como um conjunto de saberes e práticas que moldam a identidade de um povo (Chedid, 2017).

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura) a definição de cultura é:

[...] o complexo integral de distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela não inclui apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças" (Unesco, 1982, p.1).

Com o reconhecimento da cultura como direito humano fundamental, formalizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, emergiram políticas internacionais voltadas à sua proteção e promoção. A Agenda 21 da Cultura (2004) destaca diretrizes para ampliar o acesso a bens e serviços culturais, reconhecendo o papel dos governos locais no desenvolvimento cultural (Brasil, 2004). Assim, entende-se que a produção cultural deve ser responsabilidade compartilhada entre a sociedade e o Estado, este último incumbido de promovê-la e preservá-la por meio de políticas públicas (Chedid, 2017).

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo explorar a relação entre cultura e políticas públicas a partir da interação entre a República do Benim e o Brasil. A pesquisa investiga como as ações culturais foram incorporadas às políticas públicas em ambos os países e de que maneira suas culturas se entrelaçam e influenciam mutuamente. Busca-se compreender semelhanças e diferenças culturais, identificar padrões emergentes dessa interação e reconhecer as possibilidades de cooperação e aprendizado mútuo, especialmente no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

A metodologia adotada combina revisão bibliográfica com entrevistas realizadas com cidadãos beninenses e brasileiros, a fim de investigar narrativas, histórias e práticas culturais compartilhadas. A análise concentra-se nos marcos institucionais e nas políticas culturais, nos impactos da herança cultural no cotidiano e em experiências de cooperação internacional que envolvem os dois países, com destaque para o papel dos Agudás, afrodescendentes brasileiros que retornaram à África após a abolição da escravatura, na mediação cultural.

REFERENCIAL TEÓRICO

A França exerceu papel pioneiro na institucionalização das políticas culturais estatais. Em 1959, criou o Ministério de Assuntos Culturais, voltado à democratização do acesso por meio da ampliação de bens e serviços culturais em espaços públicos descentralizados (Abdalla, 2021). Esse modelo inspirou diversos países, inclusive o Brasil.

No caso brasileiro, a institucionalização das políticas culturais teve início nos anos 1930, com órgãos como o Serviço Nacional do Livro e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1953, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a concentrar as atribuições culturais, até a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, que consolidou a cultura como área estratégica da administração pública (Silva; Barbosa, 2007; Brasil, 2023).

A partir daí, o Brasil estruturou diversos mecanismos de fomento cultural. Destacam-se a Lei Rouanet, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o Fundo Nacional da Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART). O Sistema Nacional de Cultura (SNC), que promove a articulação federativa e o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), o qual impulsiona a produção cinematográfica nacional. Iniciativas como o programa Cultura Viva fortalecem ainda expressões comunitárias, e a Política Nacional de Museus atua na democratização do acesso ao patrimônio.

No Benim, também em 1959, criou-se o Ministério da Cultura, responsável por ações voltadas à promoção artística, à preservação patrimonial e ao turismo cultural. Sua estrutura abrange o Departamento de Artes e Livros, o de Patrimônio Cultural e o de Desenvolvimento do Turismo, todos com papel central na valorização cultural.

O Instituto Nacional de Patrimônio e Turismo (INPPT), vinculado ao ministério, tem atribuições estratégicas como preservação de sítios, organização de eventos e estímulo ao turismo cultural. O governo beninense financia produções teatrais, mostras artísticas e festivais, reconhecendo a cultura como vetor de renda e identidade nacional.

Também se destacam políticas de valorização do artesanato tradicional, com apoio à capacitação técnica, infraestrutura e acesso a mercados. Na educação, a integração da cultura ao currículo escolar assegura a transmissão de línguas, tradições e valores dos diversos grupos étnicos. A realização de festivais multiculturais reforça o intercâmbio comunitário e expressa o compromisso com a diversidade e a coesão social.

Aspectos Sobre o Benim

O Benim, antigo Reino do Daomé, é um pequeno Estado localizado no Golfo da Guiné, na África Ocidental. Trata-se de uma ex-colônia francesa com uma história milenar marcada por dinastias locais, comércio atlântico e posterior colonização europeia. Sua capital é Porto-Novo, embora Cotonou seja o centro econômico mais dinâmico do país. Com uma área de aproximadamente 112 mil km², o território do Benim é cortado pela linha do Equador, o que confere ao país características tropicais em boa parte de sua extensão. Apesar de ser um dos menores países do continente africano, o Benim possui uma localização geopolítica estratégica, fazendo fronteira

com quatro países: a oeste com o Togo, ao norte com Burkina Faso e Níger, e a Leste com a Nigéria. Ao Sul, o país possui saída para o oceano Atlântico, o que favorece suas atividades comerciais e culturais com outras nações costeiras (Visentini, 2011).

Figura 1: Localização do Benim

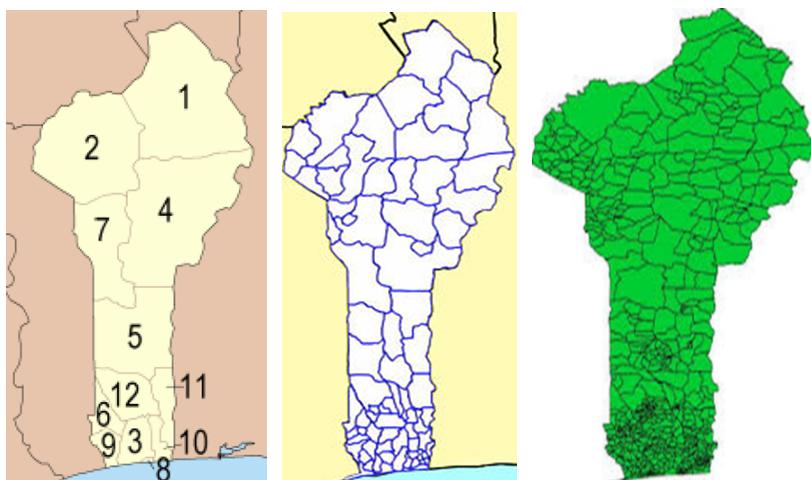


Fonte: Wikimedia Commons (2011)

Oficialmente, o território do Benim é organizado em 12 departamentos administrativos, que constituem a unidade de maior nível na divisão político-territorial do país. Cada departamento é, por sua vez, subdividido em comunas, são 77 ao todo, que funcionam como instâncias intermediárias de gestão local. Essas comunas se desdobram ainda em 545 distritos, que representam a menor unidade administrativa, com função essencial na organização das comunidades, na prestação de serviços públicos e na preservação das tradições locais. Essa estrutura territorial reflete a complexidade étnica e cultural do país, garantindo uma governança mais próxima das diferentes realidades regionais.

A população beninense é marcada por significativa diversidade étnica, sendo composta por mais de 60 grupos distintos. Os Fon constituem o maior grupo, representando aproximadamente 39,2% da população, seguidos pelos Adja (15,2%), Yoruba (12,3%), Bariba (9,2%), Peulh (7%), Ottamari (6,1%) e Yoa-Lokpa (4%). Essa variedade étnica também incorpora descendentes de ex-escravizados brasileiros que retornaram ao país após a abolição da escravidão, enriquecendo ainda mais o mosaico cultural e social do Benim.

Figura 2: Divisão Territorial Benim



(A) Departamentos do Benim; (B) Comunas do Benim; (C) Distritos do Benim.

Fonte: Wikimedia Commons (2007)

Em termos religiosos, o país é amplamente reconhecido como o berço do Vodu, tradição espiritual que guarda semelhanças com práticas afro-brasileiras como o Candomblé e o culto aos orixás. As crenças animistas ligadas ao Vodu convivem com o cristianismo e o islamismo, formando um cenário religioso plural e dinâmico. Embora o francês seja a língua oficial, idiomas locais como o Fon, o Yoruba e outras línguas tribais permanecem amplamente utilizados no cotidiano, reforçando a ligação das comunidades com suas raízes culturais (Visentini, 2011).

Relações entre o Brasil e o Benim

As conexões históricas entre Brasil e Benim remontam ao período do tráfico transatlântico de escravizados, especialmente a partir da região africana conhecida como Costa dos Escravos, de onde milhares de pessoas foram levadas ao território brasileiro. Estima-se que o Brasil tenha sido o destino do maior número de africanos oriundos daquela região, o que originou laços profundos de natureza cultural, religiosa e linguística entre os dois povos (Visentini, 2011). Após a independência do então Daomé, em 1960, o Brasil reconheceu o novo Estado e formalizou relações diplomáticas em 1961. Desde então, a cooperação bilateral tem se estendido a diversos campos, como agricultura, saúde, educação, infraestrutura, cultura e esportes (Brasil, 2014).

Ao longo do século XX, a política externa brasileira passou a utilizar a herança cultural comum com o continente africano como um instrumento de diplomacia, especialmente no esforço de construir vínculos com países emergentes. Embora não fosse tradicionalmente inserido no contexto do chamado "Terceiro Mundo", buscou alinhar-se à solidariedade Sul-Sul, ou seja, as nações do Sul Global. No entanto, como destaca Lechine (2008), o conhecimento sobre a realidade africana era bastante limitado entre os diplomatas brasileiros, cujas interações com o continente até meados do século XX eram pontuais e, muitas vezes, restritas ao ambiente multilateral, como a ONU.

A partir da Segunda Guerra Mundial, a reinserção da África na agenda diplomática brasileira se intensificou. O fim do tráfico negreiro no século XIX havia interrompido os vínculos comerciais e culturais entre os dois espaços, e foi apenas nas décadas posteriores ao conflito mundial, especialmente com o colapso do colonialismo português em 1974, que o Brasil passou a reposicionar sua relação com os países africanos, buscando ampliar sua influência com base em afinidades históricas e culturais (Penna Filho; Lessa, 2007; Lechine, 2008).

Nos anos 1970, o crescimento das importações brasileiras de petróleo e bens industriais impulsionou a busca por parceiros comerciais no continente africano. Países como Nigéria, Argélia, Gabão e Senegal, produtores de petróleo, ganharam destaque na pauta brasileira, ao lado dos Estados africanos de língua portuguesa, como Angola, cujas reservas minerais e potencial econômico atraíram o interesse do governo brasileiro (Penna Filho; Lessa, 2007).

Esse intercâmbio comercial passou a incluir, do lado africano, produtos como petróleo, minérios e gêneros vegetais, enquanto o Brasil exportava açúcar, carnes e bens manufaturados. Mais do que ampliar as trocas econômicas, essas relações também favoreceram o fortalecimento da cooperação técnica e cultural entre Brasil e África, reafirmando os vínculos históricos que uniram, e ainda unem, as duas margens do Atlântico Sul (Lechine, 2008).

Agudás: os brasileiros no Benim

A região conhecida como Costa dos Escravos, localizada no atual Benim, constitui um caso singular de cultura brasileira desenvolvida fora do Brasil. Entre os séculos XVII e XIX, a presença brasileira se intensificou na região, especialmente com a construção do Forte São João Baptista de Ajudá, que funcionava como ponto de apoio para os negreiros baianos. Após a Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, muitos dos africanos libertos ou deportados retornaram ao continente africano e se fixaram em Porto-Novo, onde fundaram comunidades estruturadas a partir de referências culturais brasileiras. Esses grupos formaram o que hoje se conhece como os Agudás, termo derivado da palavra “ajuda”, em referência direta ao forte, e são reconhecidos por manterem tradições religiosas, linguísticas e festivas fortemente conectadas ao legado afro-brasileiro (Guran, 2006).

De acordo com Guran, ainda hoje, os Agudás celebram, em Porto-Novo, o dia de Nossa Senhora do Bonfim com rituais que remetem diretamente às festividades baianas, como desfiles carnavalescos, canções em português e a apresentação do *bourian*, espetáculo semelhante ao bumba-meu-boi. Os sobrenomes portugueses, como Souza e Silva, também ajudam a identificar essa comunidade, cuja trajetória marca um importante processo de retorno e reconstrução cultural.

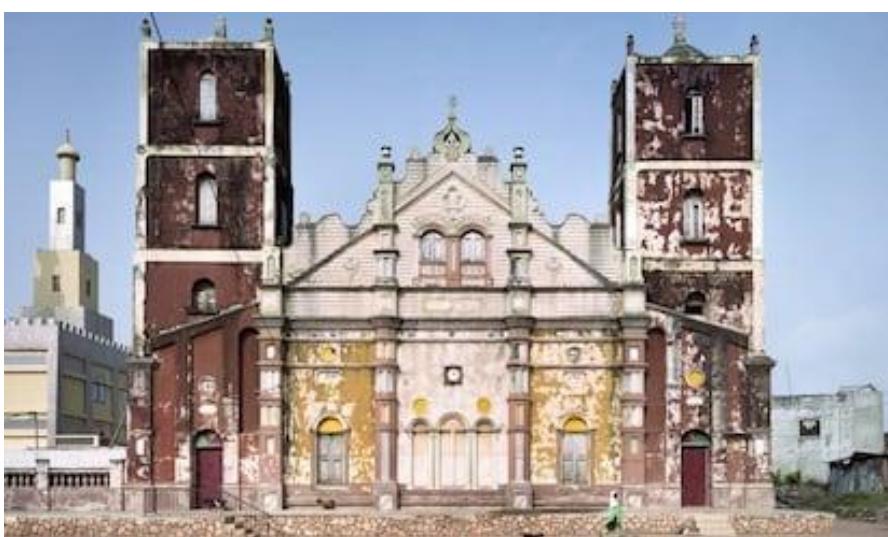
A presença dos Agudás é visível também na arquitetura da cidade. O bairro afro-brasileiro de Porto-Novo abriga uma mesquita inspirada na Catedral de São Salvador da Bahia, evidenciando a fusão de referências ocidentais e africanas. As construções mantêm elementos decorativos típicos, com ornamentos de parede que remetem às técnicas trazidas do Brasil e reinterpretadas localmente. Esse cenário arquitetônico convive com outras expressões culturais da cidade, como os palácios reais, templos dedicados ao vodu e demais manifestações ligadas à memória ancestral e à identidade beninense.

Figura 3: Arquitetura Beninense: o estilo Brasileiro



Fonte: Victor Lepik (2016)

Figura 4: Mesquita do Porto Novo



Fonte: El País (2018)

Aspectos que aproximam o Brasil e o Benim

As conexões entre Brasil e Benim, forjadas ao longo do período escravagista, ainda se fazem presentes em diversos aspectos culturais compartilhados por ambas as sociedades. A presença de práticas religiosas afro-brasileiras com raízes profundas nas tradições espirituais beninenses, como o Candomblé e o culto aos orixás, evidencia a permanência e adaptação de elementos simbólicos trazidos da África Ocidental. Além da religiosidade, a influência beninense é perceptível na musicalidade, nas danças rituais e na culinária, compondo um repertório identitário que transcende o tempo e as fronteiras geográficas.

Esse entrelaçamento histórico-cultural vem sendo reforçado, na atualidade, por iniciativas de cooperação técnica entre os dois países, sobretudo nas áreas da educação e da agricultura. Tais ações não apenas promovem o desenvolvimento mútuo, como também reafirmam a importância de preservar e valorizar a herança comum construída ao longo de séculos. Assim, a relação entre Brasil e Benim ultrapassa os vínculos diplomáticos e comerciais, consolidando-se como um campo fértil de trocas simbólicas, saberes compartilhados e memória coletiva.

As Religiões Afro-Brasileiras

As religiões afro-brasileiras compõem parte essencial do patrimônio imaterial do Brasil, vinculando-se à história e à identidade da população negra. Originadas de tradições espirituais africanas trazidas ao longo de mais de quatro séculos de escravidão, essas práticas foram, mesmo após a abolição, marginalizadas e empurradas à clandestinidade, sofrendo repressão política e preconceito (Cruz, 1994, in Conceição, 1993; Reis, 1988; Braga, 1993). Atualmente, sua luta envolve a preservação de rituais e o enfrentamento ao racismo religioso, à desinformação e à desvalorização de seus saberes.

Entre essas tradições, destaca-se o Vodu, conjunto de práticas espirituais originárias da África Ocidental e desenvolvido entre os séculos XVI e XIX, considerado uma das matrizes das religiões afro-diaspóricas (Dalmaso, 2014). No Brasil, influenciou diretamente o Candomblé e a Umbanda, preservando aspectos do sistema cosmogônico beninense e incorporando traços culturais locais (Prandi, 2001). Uma de suas vertentes menos difundidas, o *vodum*, marcada pela liderança de sacerdotisas, ainda é praticada em cidades como Recife, Salvador e São Luís (Cruz, 1994).

O Candomblé resultado da fusão de tradições trazidas por povos iorubás, jejes e bantos, e suas divindades, os orixás, possuem atributos humanos e mantêm relação direta com seus fiéis, considerados seus “filhos”. Cada indivíduo carrega consigo o *ori*, sua cabeça, como divindade pessoal guardiã do destino (Cruz, 1994, in Vogel, 1993). A tradição baiana do Candomblé ramificou-se em variantes regionais como o Xangô (PE), o Batuque (RS), os candomblés Angola e Congo, além das vertentes jeje-mahim e jeje-deomeano de origem fom, presentes no Maranhão (Prandi, 2001).

Já a Umbanda, associada principalmente aos povos bantos da África Central, reverencia os ancestrais e sábios familiares, sendo difundida sobretudo em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e regiões ligadas à exploração agrícola e mineral (Cruz, 1994, in Magnani, 1986; Luz, 1993). As marcas da religiosidade africana no Brasil são profundas. Segundo Rezende (2020), a relação entre os dois continentes deve ser lida à luz do conceito de Mundo Atlântico, espaço de trocas e resistências que formou identidades e expressões simbólicas forjadas na memória coletiva.

Feijoada

A história da feijoada no Brasil está intimamente ligada à diáspora africana e à permanência de práticas alimentares construídas no contexto da escravidão. Tradicionalmente associada às senzalas, sua origem remete ao aproveitamento das partes menos nobres do porco, descartadas pelos senhores e reaproveitadas pelos escravizados com feijão preto (Santos, 2016). Com o tempo, esse prato de subsistência foi ressignificado e elevado à condição de símbolo nacional da culinária brasileira.

No contexto das relações entre Benim e Brasil, a feijoada assume uma dimensão simbólica, remetendo à herança cultural reinventada pelos descendentes de africanos escravizados. Como destaca Ferreira (2017), a gastronomia, por integrar o repertório cultural de um povo, reflete processos históricos de adaptação e resistência. A feijoada, nesse sentido, não é apenas uma iguaria típica, mas uma narrativa viva sobre memória, criatividade e identidade cultural (Bitelli, 2019; Jurema, 2019).

Evolução das Práticas Agrícolas no Benim: Contribuições Históricas e Avanços Técnicos

A introdução do milho no Benim, especialmente por meio das práticas agrícolas trazidas por ex-escravizados brasileiros repatriados, representa um dos exemplos mais expressivos de transferência cultural e tecnológica no contexto atlântico. Conhecidos como Agudás, esses indivíduos retornaram ao território beninense no final do século XIX e início do XX, levando consigo um conjunto de saberes agrícolas desenvolvidos no Brasil, como técnicas de plantio, sistemas de irrigação e formas de organização produtiva (Matory, 2005). A presença desses retornados contribuiu significativamente para a diversificação da agricultura local e para a difusão de novas práticas adaptadas ao contexto africano.

No período contemporâneo, a cooperação técnica entre Brasil e Benim tem desempenhado papel fundamental na modernização do setor agrícola, com destaque para iniciativas apoiadas por organismos como a FAO e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Segundo Brinkman e Schulte (2008), a assistência técnica internacional é um vetor essencial para a disseminação de inovações capazes de aumentar a produtividade e promover a sustentabilidade no meio rural. Programas bilaterais entre os dois países vêm promovendo capacitações, intercâmbios e projetos-piloto voltados à adaptação de tecnologias às realidades locais, com impactos positivos na segurança alimentar e na autonomia das comunidades agrícolas.

A trajetória dos Agudás e as parcerias técnicas atuais demonstram como a troca de saberes agrícolas pode extrapolar a dimensão econômica, assumindo também um papel estratégico no fortalecimento da soberania alimentar e no desenvolvimento social. A colaboração entre Brasil e Benim, nesse sentido, reafirma o potencial das redes históricas de cooperação cultural e tecnológica para impulsionar trajetórias de desenvolvimento que respeitem as tradições locais e promovam práticas mais resilientes e sustentáveis.

Dendê (óleo de palma)

O dendêzeiro, palmeira nativa da África Ocidental, especialmente do Golfo da Guiné, foi introduzido na Bahia no final do século XVI, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Sua adaptação ao clima local favoreceu a disseminação da cultura do dendê, que se consolidou como elemento essencial da culinária e religiosidade afro-brasileiras (Venturieri et al., 2009).

Na Bahia, o óleo extraído dos frutos tornou-se ingrediente central em pratos tradicionais como abará, acarajé, vatapá, moquecas, adó, cururu e amalá, expressões vivas da fusão entre técnicas indígenas, ingredientes africanos e adaptações locais (Lody, 2019; Queiroz, 2014). Para além da culinária, o dendê possui usos importantes na cosmética e, sobretudo, nos rituais religiosos de matriz africana, onde é considerado elemento sagrado.

No Brasil, assim como em países da África Ocidental, o dendê é nomeado de diferentes formas, como azeite de cheiro, epô ou simplesmente azeite, especialmente no Recôncavo Baiano, em Recife e no Rio de Janeiro. Suas características sensoriais marcantes, como a cor intensa e o aroma pronunciado, o tornaram símbolo da ancestralidade africana e da resistência cultural. Seu uso transcende a função alimentar, sendo um marcador de identidade, memória e pertencimento afrodescendente no Brasil.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza teórica e foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente de fontes secundárias, incluindo livros, artigos acadêmicos, e relatórios de organizações internacionais que discutem as relações culturais e históricas entre a República do Benim e o Brasil. Além da revisão bibliográfica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro interlocutores, dois brasileiros e dois beninenses, selecionados por meio de amostragem intencional, com base em sua experiência com práticas culturais ou políticas públicas. As entrevistas foram conduzidas presencialmente e por meio virtual entre janeiro e março de 2024, sendo posteriormente transcritas e analisadas por meio de análise temática, com foco nas percepções sobre o intercâmbio cultural entre os dois países, a atuação dos Agudás e as ações de cooperação técnica. Assim, a metodologia adotada permitiu uma análise aprofundada das influências mútuas entre as culturas, bem como das políticas públicas implementadas para a promoção e preservação dessas culturas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstrou que a herança cultural africana, especialmente do atual território do Benim, exerceu forte influência na formação da sociedade brasileira, particularmente nas práticas culturais e religiosas trazidas pelos africanos escravizados. No Brasil, essa herança se expressa na culinária, na música e nas religiões afro-brasileiras, com destaque para o Candomblé.

Após a abolição, os Agudás desempenharam papel central na disseminação de técnicas agrícolas e práticas culturais adquiridas no Brasil. Estabelecidos no território beninense, formaram comunidades vibrantes que integraram elementos brasileiros às tradições locais, gerando uma fusão cultural ainda visível na sociedade beninense contemporânea.

Relação Entre Cultura e Políticas Públicas

Para explorar a relação entre cultura e políticas públicas, foi investigado como cada país aborda a preservação e promoção da cultura, além das atividades conjuntas entre os poderes públicos e a iniciativa privada.

Preservação do Patrimônio Cultural

A atuação do Instituto Nacional de Patrimônio e Turismo (INPPT), no Benim, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Brasil, revela esforços paralelos de valorização e proteção do patrimônio cultural, por meio de parcerias com instituições privadas e organizações da sociedade civil. Apesar das semelhanças estruturais, as políticas implementadas refletem prioridades distintas: o INPPT valoriza a oralidade, as práticas tradicionais e os festivais como formas de memória coletiva, enquanto o IPHAN se pauta por instrumentos técnicos e processos de catalogação. Essa distinção está em consonância com Chedid (2017), ao destacar que, no Brasil, a preservação tende a se basear em mecanismos normativos, muitas vezes desvinculados da participação comunitária. No Benim, por outro lado, mesmo

com recursos limitados, há maior abertura às vivências espirituais e práticas enraizadas nas comunidades.

As entrevistas reforçaram esse contraste. Interlocutores beninenses apontaram que a cultura, no contexto local, está intimamente ligada à vida familiar e à coletividade, sendo percebida como base das relações sociais. Já no Brasil, segundo os relatos, a cultura tende a ser tratada de forma mais segmentada e mediada por lógicas institucionais. Tais percepções evidenciam a importância de políticas patrimoniais que considerem as especificidades socioculturais de cada território, reconhecendo que os valores locais moldam também as estratégias de preservação e transmissão.

Inclusão Cultural e Redução das Desigualdades

Tanto o Benim quanto o Brasil desenvolvem políticas voltadas à valorização de expressões culturais historicamente marginalizadas, como o artesanato tradicional e as culturas afrodescendentes e indígenas. No Benim, destacam-se ações como o apoio ao artesanato local e a Bienal de Artes e Culturas Vodun; no Brasil, iniciativas como o Festival Latinidades e o Projeto Griot articulam arte, educação e cidadania.

Apesar dos avanços, as diferenças estruturais são evidentes. No Benim, a cultura tradicional integra de forma orgânica as políticas públicas, enquanto no Brasil ainda enfrenta resistência institucional e preconceito, especialmente no caso das religiões afro-brasileiras (Cruz, 1994; Prandi, 2001). A inclusão cultural, portanto, exige mais que incentivos pontuais: requer políticas afirmativas que garantam acesso efetivo à produção e difusão cultural, reconhecendo a cultura como direito e não apenas como mercadoria.

Desenvolvimento Econômico e Cultural

O turismo cultural tem se consolidado como estratégia de desenvolvimento econômico tanto em Benim quanto no Brasil. Festivais como o Internacional de Porto-Novo, no Benim, e programas como o Pronac e o Centro Cultural Banco do Brasil exemplificam como as manifestações culturais podem gerar receita, atrair visitantes e fortalecer o setor criativo. No entanto, as formas de inserção da cultura na economia variam: em Benim, há uma clara articulação entre turismo, tradição e valorização das identidades locais, já no Brasil, as políticas tendem a se concentrar em grandes centros urbanos, favorecendo expressões artísticas com maior visibilidade e retorno financeiro.

Essa diferença revela implicações importantes. Como observa Chedid (2017), ao tratar a cultura como mercadoria, corre-se o risco de esvaziar seu valor simbólico e comunitário. Embora ambos os países reconheçam o papel econômico da cultura, o Brasil ainda enfrenta o desafio de descentralizar os investimentos e alcançar manifestações populares e periféricas. A experiência beninense demonstra que é possível mobilizar o potencial econômico da cultura sem romper com a ancestralidade e os vínculos comunitários que a sustentam.

Educação e Conscientização Cultural

A educação cultural tem sido valorizada em ambos os países como ferramenta para fortalecer identidades e preservar a memória coletiva. No Benim, iniciativas como as da Fundação Zinsou promovem o contato de crianças e jovens com saberes ancestrais

e expressões artísticas locais, integrando cultura e ensino desde a infância. Já no Brasil, programas como o “Mais Cultura nas Escolas”, fruto da parceria entre o MinC e o MEC, buscam romper com a tradição eurocêntrica da educação e inserir práticas culturais no currículo escolar.

Apesar dos objetivos comuns, as estratégias diferem. No Benim, a cultura é compreendida como parte estrutural da educação e está organicamente presente no cotidiano escolar. No Brasil, como observa Chedid (2017), o reconhecimento da cultura como direito ainda enfrenta obstáculos institucionais e simbólicos, sendo tratada muitas vezes como atividade complementar. Essa limitação afeta a efetividade das ações, sobretudo quando envolve temas como as religiões de matriz africana, que ainda enfrentam preconceitos (Cruz, 1994; Prandi, 2001). Assim, enquanto o Benim investe em uma educação baseada na oralidade e nos saberes locais, o Brasil ainda carece de políticas consistentes que garantam a transversalidade da cultura nas práticas pedagógicas e o reconhecimento da diversidade como valor formativo.

Diferenças Culturais e Relevância das Políticas

Apesar das conexões históricas e culturais que unem Brasil e Benim, há diferenças substanciais em normas sociais, práticas espirituais e abordagens políticas. A legalidade da poligamia no Benim, por exemplo, contrasta com sua proibição no Brasil, onde o sistema jurídico reflete valores ocidentais modernos. No campo espiritual, o vodu permanece fortemente enraizado no Benim, com elementos naturais, como cobras, integrando rituais e simbolismos. No Brasil, embora religiões como o Candomblé e a Umbanda preservem matrizes africanas, essas práticas foram adaptadas ao contexto local, como forma de resistência à repressão e reinvenção identitária (Rezende, 2020).

Essas distinções influenciam diretamente a formulação das políticas culturais. No Benim, as tradições estão inseridas no marco institucional, refletindo uma política cultural conectada à ancestralidade. No Brasil, apesar dos avanços, a herança africana ainda enfrenta resistências simbólicas e institucionais. Um dos entrevistados beninenses mencionou a ausência de pratos tradicionais como o *Atassi* e de práticas espirituais como os panegíricos e os rituais de *Ogoun*, ressaltando a força dos vínculos afetivos e religiosos mesmo após a ruptura territorial. Como destaca Guran (2006), o retorno dos Agudás e a permanência de traços culturais brasileiros no Benim demonstram que a cultura atravessa fronteiras e se reinventa. Reconhecer essas diferenças é essencial para construir políticas culturais sensíveis aos contextos locais e capazes de valorizar a diversidade e a ancestralidade africana em suas múltiplas formas.

Influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A cooperação técnica entre Benim e Brasil no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reflete a crescente colaboração entre os dois países para enfrentar desafios comuns e promover práticas sustentáveis. Essas parcerias são fundamentais para a implementação de políticas e projetos que visam alcançar os ODS, promovendo a troca de conhecimento e recursos.

Preservação do Patrimônio Cultural (ODS 11 e 15)

A preservação do patrimônio cultural em Benim e no Brasil dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 e 15, voltados, respectivamente, à

promoção de cidades sustentáveis e à proteção da vida terrestre e dos saberes associados ao território. Ambos os países buscam proteger não apenas bens materiais, mas também práticas simbólicas, tradições orais e paisagens culturais. No Benim, o Instituto Nacional de Patrimônio e Turismo (INPPT) atua na valorização de sítios arqueológicos, manifestações ligadas ao vodu e roteiros culturais que integram conservação e identidade. Já no Brasil, o IPHAN adota uma abordagem mais formal, centrada no tombamento e na restauração, com foco em áreas marcadas pela presença afro-brasileira.

Apesar das iniciativas relevantes, os desafios de implementação são significativos. No Brasil, interesses econômicos e instabilidades institucionais comprometem a continuidade das políticas patrimoniais; no Benim, os obstáculos estão ligados a restrições orçamentárias e à carência de capacitação técnica. Em ambos os contextos, a efetividade das ações depende do engajamento das comunidades, da valorização dos saberes ancestrais e da construção de estratégias de conservação que respeitem os modos de vida locais, como destacam Chedid (2017) e Guran (2006).

Inclusão Cultural e Redução das Desigualdades (ODS 10 e 16)

As políticas culturais voltadas à inclusão e à redução das desigualdades, alinhadas aos ODS 10 e 16, refletem os esforços de Benim e Brasil para integrar comunidades historicamente marginalizadas às dinâmicas institucionais e econômicas da cultura. No Benim, ações como o incentivo ao artesanato tradicional e eventos como a Bienal de Artes e Culturas Vodun de Ouidah fortalecem identidades étnicas e geram oportunidades de renda. No Brasil, iniciativas como o Festival Latinidades e o Projeto Griot buscam dar visibilidade às culturas negra e indígena, promovendo espaços de expressão artística e formação cultural.

Contudo, persistem desafios distintos em cada país. No Benim, a cultura tradicional ocupa papel central nas políticas públicas, enquanto no Brasil ainda enfrenta resistência institucional e desigualdade no acesso a recursos, especialmente em regiões periféricas. Como destacam Cruz (1994) e Prandi (2001), expressões afro-brasileiras seguem estigmatizadas, dificultando sua plena valorização. Assim, a inclusão cultural requer mais do que eventos pontuais: demanda políticas contínuas e estruturantes que garantam pertencimento, cidadania e combate às desigualdades históricas.

Desenvolvimento Econômico e Cultural (ODS 8 e 9)

As políticas culturais associadas ao desenvolvimento econômico e à dinamização das economias locais refletem os compromissos de Benim e Brasil com os ODS 8 e 9, que tratam de crescimento sustentável, emprego decente e inovação. Em ambos os países, a cultura tem sido mobilizada como motor da economia criativa, especialmente por meio do turismo e da valorização de espaços patrimoniais. No Benim, ações governamentais e comunitárias, como o Festival Internacional de Porto-Novo, promovem o reconhecimento das identidades locais e geram oportunidades no setor de serviços. No Brasil, programas como o Pronac e centros culturais como o CCBB ilustram o potencial da cultura como vetor econômico, ainda que concentrado em centros urbanos com maior infraestrutura.

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes. No Benim, a dependência de financiamento externo e a fragilidade institucional limitam a continuidade das ações.

No Brasil, a concentração de recursos em regiões mais desenvolvidas perpetua desigualdades no acesso aos bens culturais. Em ambos os casos, torna-se essencial acompanhar os investimentos com políticas que promovam a participação das comunidades nos processos decisórios. Estímulo à inovação cultural, descentralização de recursos e fortalecimento de arranjos produtivos locais são estratégias fundamentais para consolidar uma economia cultural inclusiva e sustentável.

Educação e Conscientização Cultural (ODS 4 e 12)

A valorização da cultura na educação é fundamental para os ODS 4 e 12, voltados à qualidade do ensino e à sustentabilidade cultural. Benim e Brasil têm buscado integrar conteúdos culturais aos sistemas escolares como forma de formação cidadã e preservação de saberes tradicionais. No Benim, iniciativas como as da Fundação Zinsou promovem o contato de crianças e jovens com a arte africana e as tradições locais por meio de oficinas e exposições interativas, estimulando o orgulho identitário. No Brasil, o programa “Mais Cultura nas Escolas” visa aproximar os estudantes de expressões populares, indígenas e afro-brasileiras, frequentemente ausentes dos currículos tradicionais.

Apesar dessas iniciativas, os desafios variam entre os países. No Benim, a maior naturalização da cultura no ambiente escolar ainda esbarra em limitações de infraestrutura e qualificação docente. No Brasil, a educação cultural enfrenta descontinuidades institucionais e resistências ideológicas que comprometem sua consolidação nas redes públicas. A comparação evidencia que, além da inclusão de conteúdos, é necessário desenvolver metodologias que respeitem os territórios e saberes locais, valorizando a oralidade, os símbolos e as linguagens próprias de cada grupo. Assim, a cultura integrada à educação torna-se vetor de consciência crítica, diversidade e conexão com os princípios da Agenda 2030.

Cooperação Internacional e Intercâmbio Cultural (ODS 17)

A cooperação internacional entre Benim e Brasil representa uma expressão concreta do ODS 17, ao fomentar parcerias entre governos, instituições culturais e organizações da sociedade civil. A conexão histórica entre os países vem sendo traduzida em ações como a visita do presidente beninense Patrice Talon ao Maranhão, reforçando vínculos afro-atlânticos por meio de iniciativas voltadas à memória, ao turismo e à educação patrimonial. Tais agendas diplomáticas indicam um interesse mútuo em transformar o legado simbólico em projetos culturais colaborativos.

No entanto, o potencial dessas parcerias ainda é limitado. Muitas iniciativas permanecem restritas a eventos pontuais e acordos institucionais que pouco envolvem as comunidades diretamente ligadas às práticas culturais compartilhadas. Para que a cooperação se torne um verdadeiro instrumento de desenvolvimento sustentável, é fundamental ampliar o protagonismo local, integrar os projetos às políticas culturais nacionais e fortalecer redes transnacionais baseadas na ancestralidade comum. Assim, a cultura pode se consolidar como eixo estratégico de transformação social e de construção de uma cooperação mais inclusiva e duradoura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a cultura representa um elo fundamental nas relações entre Brasil e Benim, seja por meio das políticas públicas voltadas à valorização da diversidade, seja pela permanência de práticas simbólicas que atravessaram séculos de resistência. A análise revelou como aspectos como a religiosidade, a culinária e a produção agrícola compartilham raízes comuns e seguem se ressignificando em contextos distintos, articulando tradição e modernidade.

As políticas culturais dos dois países, embora pautadas por abordagens distintas, convergem na busca pelo acesso democrático à cultura como direito fundamental e instrumento de desenvolvimento. Como ressalta Chedid (2017), esse processo requer mecanismos participativos que integrem os sujeitos culturais na formulação e execução das ações. Em consonância com Cruz (1994), observou-se que as práticas religiosas e alimentares analisadas constituem não apenas devoção ou hábitos cotidianos ou expressões de fé, mas formas de resistência cultural frente à exclusão histórica. A experiência dos Agudás, conforme discutido por Guran (2006), reforça a importância da memória e do retorno como fundamentos para a reconstrução identitária transatlântica.

A vinculação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável evidencia que a cooperação entre Brasil e Benim tem potencial para impulsionar políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, especialmente nos campos da educação, cultura e economia criativa. No entanto, para que esse potencial se concretize, é fundamental que tais políticas estejam ancoradas nos contextos locais e valorizem os saberes tradicionais como componentes essenciais do desenvolvimento.

Como desdobramento, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a percepção das comunidades locais em relação às políticas culturais vigentes, bem como os efeitos concretos da cooperação internacional na vida cultural cotidiana. Além disso, investigações sobre estratégias de resistência simbólica diante das desigualdades e da invisibilização histórica poderão contribuir para o fortalecimento de uma justiça cultural mais ampla, inclusiva e participativa.

Agradecimentos

Agradecemos ao Prof. Dr. Pedro Luís Büttenbender por inspirar a ideia deste artigo, cuja elaboração nos proporcionou uma experiência acadêmica enriquecedora.

Referências Bibliográficas

ADBALLA, Yasmin. **Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre a gestão da cultura.** São Paulo, fev. 2021. Disponível em: <https://www.sp-arte.com/editorial/da-democratizacao-a-democracia-cultural-uma-reflexao-sobre-a-gestao-da-cultura/>. Acesso em: 18/04/2024.

BITELLI, Fábio Molinari; JUREMA, Maria Luíza Melquiades. **FEIJOADA: origem e considerações acerca de um patrimônio cultural imaterial.** Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade, São Paulo: Centro Universitário Senac, v. 7, n. 2019, 2019.

BRASIL, **Agenda 21 da Cultura. Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural.** Maio de 2004. Disponível em:

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/texto/arquivos-pdf/CriadaAgenda21daCulturaparaascidades.pdf>. Acesso em: 18/04/2024.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo do Ipea traça panorama de políticas culturais no Brasil**. Abril de 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13700-estudo-do-ipea-traca-panorama-de-politicas-culturais-no-brasil>. Acesso em: 21/04/2024.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **República do Benim**. Junho de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-do-benim#:~:text=A%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20entre%20Brasil%20e,import%C3%A2ncia%20central%20na%20economia%20beninesa>. Acesso em: 26/04/2024.

BRINKMAN, Henk-Jan; SCHULTE, Kira K. D. **Food Security and the Role of Agricultural Development Assistance**. Routledge, 2008.

CHEDID, Samira. **A cultura como política pública**. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cultura-como-politica-publica/>. Acesso em: 18/04/2024.

CORREIO DO Povo. **Os métodos objetivos de verificação que empregamos no RS**. Porto Alegre, 5 out., p. 14. 1945.

CRUZ, Isabel Cristina Fonseca da. **As religiões afro-brasileiras: subsídios para o estudo da angústia espiritual**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 28, n. 2, p. 125-136, 1994.

DALMASO, Flávia Freire. **Vodu. Teoria e Cultura**, v. 9, n. 2, 2014.

DONATO, R. **Collective scaffolding in second language learning**. In: LANTOLF, J.; APPEL, G. (eds.), *Vygotskian Approaches to Second Language Research*. Norwood: Ablex Publishing Company, p. 33-56, 1994.

GURAN, Milton. **Agudás: de africanos no Brasil a “brasileiros” na África**. In: *História, Ciências, Saúde*, maio de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/vtXQvFkGbHFSHQhs5BQv3rs/>. Acesso em: 29/04/2024.

LECHINI, Gladys. **O Brasil na África ou a África no Brasil**. A construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, outubro, p. 55-71, 2008.

LODY, R. **Candomblé: religião e resistência cultural**. São Paulo, Ática, 1987.

LODY, R. **Dendê: símbolo e sabor da Bahia**. Editora Senac São Paulo, 2019.

MATORY, J. Lorand. **Black Atlantic Religion: Tradition, Transnationalism, and Matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MICELLI, S. **Um intelectual do sentido**. Folha de S. Paulo. Caderno Mais! São Paulo, 7 fev. 1987.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. **O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 39, p. 57-81, 2007.

PRANDI, Reginaldo. **O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, p. 43-58, 2001.

QUEIROZ, Geonanna Schettini. **Dendê: identidade cultural e gastronômica da África à Bahia**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gastronomia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

REZENDE, Leandro Gonçalves. **A religião vodum e seus indeléveis laços atlânticos. Topoi: Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 276-281, jan./abr. 2020.

REPÚBLICA DO BENIM. **Ministère du Tourisme de la Culture et des Arts**. Disponível em: <https://tourisme.gouv.bj/>. Acesso em: 18/04/2024.

SANTOS, Maria Arlete. **Contribuição do negro para a cultura brasileira. Temas em Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 217-229, 2016.

SILVA, Frederico A. Barbosa. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SILVA Júnior, Carlos Francisco da. **Tráfico, linguagem e etnicidade: os cativos e as nações do Golfo do Benim na Bahia (1721-1817)**. Universidade de Hull (Reino Unido). 2023 (Tese de doutorado, em andamento).

SILVA, Marinélia Sousa da. **Movimentos na História: notas sobre a historiografia da Costa dos Escravos. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. USP: São Paulo, ano III, nº 5, julho/2010.

VENTURIERI, A.; FERNANDES, W. R.; BOARI, A. de J.; VASCONCELOS, M. A. **Relação entre ocorrência do amarelecimento fatal do dendzeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) e variáveis ambientais no estado do Pará**. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, INPE, p. 523-530. 2009.

VISENTINI, Paulo F. **Benim – O Livro na Rua**. Biblioteca do Cidadão. Brasília, 2011.